

RESUMO / ABSTRACT

A FORMA TELEOLÓGICA E A BRASILIDADE: A IDEOLOGIZAÇÃO DA MEMÓRIA NA *FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA*, DE ANTONIO CANDIDO

Este artigo analisa a obra *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1959), de Antonio Candido. Discutimos a categoria da brasilidade que este crítico constrói a partir de sua interpretação das letras luso-brasileiras dos séculos XVIII e XIX. Questionamos o abuso de memória dessa categoria. Analisamos a natureza ideológica e teleológica do discurso o qual legitima a história da literatura brasileira enquanto síntese das tendências do localismo e do universalismo (CANDIDO, 1981, p. 23) e a busca, nessas letras, por uma identidade nacional.

Palavras-chave: Memória. Teleologia. Antonio Candido. Ideologia. Literatura.

THE TELEOLOGICAL FORM AND BRAZILIANESS: THE IDEOLOGIZATION OF MEMORY IN THE *FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA*, BY ANTONIO CANDIDO

This paper analyzes the work *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1959), by Antonio Candido. We discussed the category of Brazilianess that the critic built on its interpretation of the Luso-Brazilian letters of the eighteenth and nineteenth century. It is analyzed the ideological and teleological nature of the discourse which legitimizes the history of Brazilian literature as a summary of trends of localism (CANDIDO, 1981, p. 23) and universalism and search those lyrics for a national identity.

Keywords: Memory. Teleology. Antonio Candido. Ideology. Literature.

A FORMA TELEOLÓGICA E A BRASILIDADE: A IDEOLOGIZAÇÃO DA MEMÓRIA NA *FORMAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA*, DE ANTONIO CANDIDO

Antônio Joaquim Pereira Neto

Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista-BA
neto_kjasa@hotmail.com

Jorge Miranda de Almeida

Professor titular no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (DFCH-UESB), Vitória da Conquista-BA
mirandajma@gmail.com

A categoria da brasilidade, construída pela interpretação empreendida por Antonio Candido sobre as práticas letradas luso-brasileiras que abrangem o período do arcadismo e do romantismo, é investigada neste texto. Evidencia-se a formação de uma teleologia nacionalista naquilo que o autor vai denominar de “literatura interessada”, a partir da qual se define a história da literatura brasileira enquanto “síntese das tendências do nacionalismo e do universalismo” (CANDIDO, 1981, p. 23). Refletimos criticamente sobre essa categoria, pois colocamos em questão a afirmação de que, na obra de Cláudio, “a convenção arcádica vai corresponder a algo mais fundo que a escolha de uma norma literária”, na medida em que “os seus pastores encarnam, frequentemente, o drama do artista brasileiro, situado entre duas realidades, quase diríamos duas fidelidades” (*Id., ibid.*, p. 91). Na nossa hipótese, pelo contrário, a obra poética de Cláudio Manuel da Costa é composta por técnicas retóricas de amplificação do discurso poético cuja *mimese* se pauta na “racionalidade não-psicológica da poesia clássica” (HANSEN, 2006, p. 99), o que denega categorias sociológicas sustentadoras de uma consciência local e de uma identidade literária nacional para a interpretação dessas letras.

Visa-se, então, perceber tanto os abusos de esquecimento¹ das técnicas retóricas utilizadas como matrizes para a formulação da *descriptio* de tais poemas, como os abusos de memória da ideia de brasilidade na leitura que Antonio Candido faz do conjunto de textos literários os quais formam, na sua visão, uma unidade de sentido para o entendimento da fortuna literária nacional. É preciso esclarecer que, ao nos referimos à noção de memória neste trabalho, estamos considerando que “os fenômenos de memória, tão próximos do que somos, opõem, mais que outros, a mais obstinada resistência à *hubris* da reflexão total” (RICOUER, 2007, p. 43). Portanto, mais do que qualquer outra categoria que sirva de instrumento e critério para a produção do nosso entendimento sobre o passado histórico, a memória se legitima, antes de tudo, pela sua natureza indeterminada.

Observamos que o autor de *Vários escritos* desconsidera as técnicas retóricas enquanto condição de criação poética das práticas letradas coloniais em nome de uma “literatura interessada”, do sentimento de brasilidade na literatura, sobretudo aquele que é definido primeiramente como sentimento local pelos primeiros historiadores literários do império luso-brasileiro.

A ideia de que a literatura brasileira deve ser interessada (no sentido exposto) foi expressa por toda a nossa crítica tradicional, desde Ferdinand Denis e Almeida Garret, a partir dos quais se tomou a brasilidade, isto é, a presença de elementos descritivos locais, como traço diferencial e critério de valor (CANDIDO, 1981, p. 28).

Diante disso, observamos uma política de memória na proposição de que devemos amar a nossa literatura, não obstante ela sendo “pobre e fraca” e “galho secundário da literatura portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das musas” (CANDIDO, 1981, p. 10). Durante a discussão dessa política de memória no trabalho analisado, faz-se uma abordagem do modo pelo qual a concepção teleológica da brasilidade literária ganha força nessa política, bem como na figura de Machado de Assis enquanto eixo constituinte dessa concepção e síntese do processo formativo da literatura brasileira, simbolizando o gênio no pressuposto da dialética do local e do universal e no princípio teleológico dessas letras.

¹ RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Trad. de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 94. Estamos tomando o conceito de abuso de esquecimento naquilo que este hermeneuta vai denominar de memória manipulada, segundo a qual, nos usos públicos da memória assim mobilizada a serviço da busca, da reivindicação da identidade podem ocorrer derivações que resultam do “excesso de memória, em tal região do mundo, portanto, abuso de memória, insuficiência de memória, em outra, portanto, abuso de esquecimento”, uma vez que, “é na problemática da identidade que se deve buscar a causa de fragilidade da memória assim manipulada”.

A teoria da formação e o processo da história

Ao discutir esse princípio teleológico da literatura brasileira presente na teoria da formação, percebemos o quanto Candido sistematiza uma historiografia literária cuja estrutura se pauta na “disposição historicizante do tempo” (NIETZSCHE, 2003), na razão ontológica da própria história, isto é, na história como processo. Vale confrontar as ideias do filósofo Nietzsche relativas ao seu conceito de força plástica, desenvolvidas, sobretudo, na obra *Segundas considerações intempestivas: as vantagens e desvantagens da história para a vida*, com o pensamento que se esboça em Candido sobre a história de nossa literatura no período que compreende o século XVIII e XIX. Realiza-se uma reflexão sobre a teleologia científica do Mestre. Essa discussão é dirigida sob orientação dos pressupostos filosóficos do Nietzsche, relativos aos de força plástica e vontade de potência, os quais constituirão um fundamento crítico para pensarmos o processo da história imanente no *télos* da categoria da brasilidade candidiana. Dessa forma, é relevante ressaltar o que o autor de *FLB*² entende por “formação da continuidade literária”:

espécie de transmissão da tocha entre corredores, que assegura no tempo o movimento conjunto, definindo os lineamentos de um todo. É uma tradição, no sentido completo do termo, isto é, transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir para aceitar ou rejeitar. Sem essa tradição não há literatura, como fenômeno de civilização (CANDIDO, 1981, p. 24).

Segundo o escritor de *Literatura e sociedade*, a continuidade literária supõe a transmissão da tocha entre corredores, ou melhor, a existência de um “Machado de Assis que pressupõe a existência de seus predecessores” (*Id., ibid.*, p. 117), um final que justifica o processo formativo dessa literatura, bem como “uma linha evolutiva” de um escritor capaz de catalisar, “na tradição”, as contribuições de seus antecessores “na orientação de Macedo para a descrição de costumes, no realismo sadio e colorido de Manuel Antônio, na vocação analítica de José de Alencar” (*Id., ibid.*, p. 117). A tradição é a condição de possibilidade de uma teleologia, mas também é a construção de sentido para a própria história.

Esse é o significado último da “transmissão da tocha entre corredores”, a razão de ser do nosso passado, da literatura interessada dos nossos primeiros historiadores literários do romantismo. Dessa forma, é contra a entrega total da “personalidade ao processo do mundo” (2003, p. 76) que nos servem algumas noções filosóficas discutidas por Nietzsche, sobretudo pelo fato deste último tecer uma crítica contundente àqueles que entendem a história em um sentido teleológico. Por conseguinte, vale

² A sigla *FLB* utilizada doravante se refere à obra *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido.

questionar “a transmissão dessa tocha entre corredores”, mais precisamente, esse sistema de premonições, no qual os escritores vão se sucedendo e prenunciando outros, no processo de delimitação de uma forma orgânica para a literatura brasileira, no interior da história como processo.

A fragilidade na construção da categoria da brasilidade

É nesse ponto que a brasilidade proclamada por Candido apresenta a sua fragilidade³. Consideramos que o crítico literário Antonio Candido elabora um impasse ao defender, no nosso entendimento, uma política de memória na proposição de que, como já foi dito, “devemos amar a nossa literatura sob pena de ela cair no esquecimento” (CANDIDO, 1981, p. 10). Desse modo, “amar a nossa literatura” significa reconhecê-la como “nossa”, entendê-la enquanto uma prática cultural que vai definindo lentamente a “nossa” originalidade. Segundo Paul Ricoeur (2007, p. 94), “o cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação de identidade”. Na nossa hipótese, o autor de *Introdução à literatura brasileira* efetua um abuso de memória e de esquecimento ao reivindicar a brasilidade enquanto categoria definidora da leitura e do caráter nacional das letras de Cláudio Manuel da Costa, Silva Alvarenga e Machado de Assis⁴, uma vez que “é na problemática da identidade que se deve agora buscar a causa da fragilidade da memória assim manipulada” (RICOUER, 2007, p. 94).

É preciso indagar qual a relação entre o processo de reivindicação de um caráter nacional para as práticas de representação do século XVIII e a mobilização de uma memória para essa demanda. Mais precisamente, de que lugar e quais valores e interesses sociais motivaram essas leituras anacrônicas do nosso passado literário. É relevante tomar emprestadas as categorias formuladas pelo filósofo Paul Ricoeur de abuso de memória, insuficiência de memória e abuso de esquecimento, para questionar se houve realmente “excesso de memória em tal empreendimento, ou se houve abuso, de outro modo, se houve insuficiência de memória ou abuso de esquecimento” (RICOUER, 2007, p. 94). O que represen-

³ RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Trad. de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 94. Segundo esse autor, “como causa primeira da fragilidade da identidade é preciso mencionar sua relação difícil com o tempo; dificuldade primária que, precisamente, justifica o recurso à memória, enquanto componente temporal da identidade, juntamente com a avaliação do presente e a projeção do futuro”.

⁴ Idem, 2007, p. 83. O autor se refere “a formas concertadas de manipulação ou de instrumentalização da memória, que dependem de uma crítica das ideologias. É nesse nível mediano que as noções de abuso de memória e, acrescentaremos de imediato, de abuso de esquecimento, são as mais pertinentes”. Segundo o escritor de *A metáfora viva*, “é nesse plano que se pode mais legitimamente falar em abusos de memória que são também abusos de esquecimento”. Novamente seguindo a sua explicação, “por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento, pois, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa”.

ta *FLB* neste processo de reivindicação de uma unidade social para esse sistema literário? Qual fator interfere no plano da formação dessa identidade?

Desse modo, vale questionar esse processo por meio de uma reflexão sobre a natureza do fenômeno ideológico. De acordo com Paul Ricouer (2007, p. 95), “as manipulações da memória [...] devem-se à intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória”. Entendemos que as manipulações da memória, observadas no trabalho candidiano, são motivadas pela natureza ideológica do seu discurso. Novamente segundo Paul Ricouer (*Id.*, p. 95), “é mesmo enquanto fator de integração que a ideologia pode ser tida como guardiã da identidade, na medida em que ela oferece uma réplica simbólica às causas de fragilidade dessa identidade”. Assim, vale o questionamento: “o que significa permanecer o mesmo através do tempo” (*Id.*, *ibid.*, p. 94)? Desse modo, como é possível determinar a brasilidade enquanto categoria explicativa do processo de formação, consolidação e síntese final da literatura brasileira enquanto brasileira através da temporalidade substancializada por Paul Ricouer? Para tanto, vale trazer à tona uma passagem do prefácio da segunda edição, a qual exprime a vocação histórica do movimento arcádico.

Parece-me que o Arcadismo foi importante porque plantou de vez a literatura do ocidente no Brasil, graças aos padrões universais por que se regia, e que permitiram articular a nossa atividade literária com o sistema expressivo da civilização a que pertencemos e dentro da qual fomos definindo lentamente a nossa originalidade (CANDIDO, 1981, p. 17).

O verbo “plantar” supõe uma atividade exercida de cima para baixo, o homem que semeia a terra, de fora para dentro. À maneira de um gesto de fundação, ele também supõe uma transferência de identidade, de invenção e imposição cultural, dado os trâmites que regiam o sistema de colonização aqui instituído⁵. Sendo assim, ao plantar uma literatura no Brasil, o arcadismo foi ao mesmo tempo um modelo e um instrumento que foi “definindo lentamente a nossa originalidade” (*Id.*, *ibid.*), uma vez que a planta implica também no nascimento e no desenvolvimento dos galhos. Essa metáfora de

⁵ SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”. In: _____. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Segundo este crítico, “nós brasileiros e latino-americanos fazemos constantemente a experiência do caráter postiço, inautêntico, imitado da vida cultural que levamos”. O autor coloca em questão o conceito de autenticidade e imitação cultural ao analisar a estrutura política e cultural brasileira do século XIX. Para ele, o problema não está investido nas noções de cópia e de originalidade, pois “a ideia de cópia opõe o nacional ao estrangeiro e o original ao imitado, oposições que são irreais e não permitem ver a parte do estrangeiro no próprio, a parte do imitado no original, e também a parte original no imitado”.

base é formulada para a unificação de uma ideia de amadurecimento e progresso da literatura brasileira, o que denota a sua natureza ideológica, pois

sem ideia do modo como a metáfora, a analogia, a ironia, a ambiguidade, o jogo de palavras [...] e todos os outros elementos do que chamamos inadequadamente de estilo funcionam [...] na projeção das atitudes pessoais em sua forma pública, não podemos analisar a importância das asserções ideológicas (GEERTZ *apud* RICOUER, 2007, p. 95).

O binômio imitação e original, de Roberto Schwarz, se articula com a ideia de formação, de modo que ele também funciona como um substituto para o problema da origem, uma vez que este surge em função da adaptação do exemplo do ocidente. Mais precisamente, a funcionalidade do galho anula a aporia suscitada pela cópia e pela origem, pois nossa originalidade vai se definindo no desenvolvimento de nossos galhos. Do ponto de vista literário, a transferência é favorável para Candido em virtude da contribuição dos padrões universais da cultura do ocidente. Há também leituras que associam este verbo a um processo de naturalização do destino histórico que determina o curso de nossa literatura⁶.

Utilizar como apoio a distância temporal que caracteriza o século XX em relação ao XVIII para a interpretação das letras deste último, significa eleger, no arcadismo, “a seriedade dos artistas conscientes em exprimir as particularidades do nosso universo” (CANDIDO, 1981, p. 17), em função do apagamento de uma memória coletiva⁷ do tempo coetâneo ao do poeta de Minas.

Arcadismo passa a ser sinônimo de brasilidade, sobretudo enquanto “fator de integração e diferenciação, de incorporação do geral (no caso, a mentalidade e as normas da Europa) para obter a expressão particular”, isto é, os aspectos novos que iam surgindo no processo de amadurecimento do país (CANDIDO, 2006, p. 216).

Na formação, a memória funciona como apoio de tais acontecimentos sujeitos a uma historicização. Enquanto proposta de formação de nossas letras, *FLB* não discorre sobre fatos literários passíveis de se-

⁶ BAPTISTA, Abel de Barros. “O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido”. In: _____. *O livro agreste*. Campinas: Editora Unicamp, 2005, p. 41–80. Na concepção de Abel Barros Baptista, em Antonio Candido, “a literatura brasileira forma-se adaptando, integrando, até atingir o *télos* inscrito no processo de maturação”. Segundo este autor, “a figura do galho naturaliza a formação”.

⁷ RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Trad. de Claudia Berliner; revisão da trad. por Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 202. Segundo este Hermeneuta, “embora a noção de memória coletiva deva ser considerada uma noção difícil, destituída de qualquer evidência própria, sua rejeição anunciaria, no final de contas, o suicídio da história”. Seguindo esta perspectiva, tomamos aqui a memória coletiva enquanto conceito que orienta o modo pelo qual uma sociedade organiza o tempo da história por meio da sequência de gerações: contemporâneos, predecessores e sucessores.

rem lembrados e celebrados pelos seus leitores? Conforme Paul Ricoeur (2007, p. 95), o que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez⁸. Noutras palavras, o que celebramos como “literatura brasileira” não seria legitimada pelo que se presume da ideologia, a qual “advém precisamente na brecha entre a demanda de legitimidade que emana de um sistema de autoridade e nossa resposta em termos de crença”? (RICOUER, 2007, p. 96).

Dada essa premissa, seria necessária uma voz universal representativa desse estado de direito para evocar uma memória para esses eventos que consagrasse a nossa literatura, uma vez que

comparada às grandes, ela é pobre e fraca. Mas é ela, não outra, que nos exprime. Se não for amada, não revelará a sua mensagem; e se não a amarmos, ninguém o fará por nós. Se não lermos as obras que a compõem, ninguém as tomará do esquecimento, descaso e incompreensão (CANDIDO, 1981, p. 10).

Não obstante o seu estado precário de menoridade, proclamada pelo crítico, ela precisa ser celebrada, “pois é ela, não outra, que nos exprime”. A nossa literatura, nesta visão, já nasce pobre e fraca e a comparação de sua produção com a produção europeia é a condição essencial pela qual podemos entender o seu processo de constituição. Este é realizado sob bases europeias e não locais. No entanto, é preciso “valorizá-las e entendê-las sob pena de deixá-las cair no esquecimento, descaso ou incompreensão”. O nosso processo literário é “galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das musas” (*Id., ibid.*, p. 9).

Na lógica candidiana, o que existe é um componente natural neste processo formativo, em que as fases vão se sucedendo até alcançar um estágio final. Daí tem “as raízes, os galhos primários e secundários até a liquidação das primeiras” (CANDIDO, 2007, p. 139). A liquidação de nossas raízes é aqui referida pelo autor em relação à trajetória do nosso desenvolvimento sócio-histórico debatido por Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil*. Liquidar as nossas raízes significava construir um sistema de ideias próprio, cujos princípios fossem capazes de romper paulatinamente com os nossos traços ibéricos. Nunca tínhamos tido, até então, um caráter nacional individualizado, pois “o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem” (HOLANDA, 2010, p. 31). O historiador Sérgio Buarque de Holanda enuncia as condições históricas e sociais pelas quais se forjou um ideal de civilização no

⁸ RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Trad. de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 96. Segundo o escritor de *Tempo e narrativa*, “apenas em sociedades sem estrutura política hierárquica, e nesse sentido sem poder, se poderia encontrar o fenômeno nu da ideologia como estrutura integrativa de algum modo inocente”.

Brasil. Para ele, “a tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território é, na origem da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências” (HOLANDA, 2001, p. 31).

Vindo de longe, de terras estranhas, a cultura milenar instalada no Brasil representa a consolidação de um projeto global, criado e intensificado pelos interesses imperialistas dos países da Europa ocidental. “Nossas formas de convívio, instituições e ideias” foram herdadas através de uma entre outras nações em conflito: a nação Ibérica. O tronco de nossa identidade somente deve ser definido pelo estudo dessas formas de convívio de tais instituições e pensamentos, uma vez que, segundo Sérgio Buarque de Holanda (2010, p. 41), “somos Ibéricos”. E sendo um fato dominante, a sua consequência foi a de nos tornar “uns desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 2010, p. 31).

A nossa identidade só pode ser pensada sob a trama das fraturas, das dispersões e das relações de força que a edificaram. Por isso, “a expressão de que a nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas” (CANDIDO, 1981, p. 3). A existência de um galho suprime as relações de luta subjacentes a esses atos de instituição. O galho supõe, como já foi dito por Barros Baptista, um processo natural, em que os acontecimentos são tomados como um dado e não como resultado de ações culturais. A política de Antonio Candido é mais incisiva, pois é preciso “amar essa literatura, sob pena de ela cair no esquecimento”. Não tivemos um Sérgio Buarque de Holanda, um Caio Prado Junior e nem um Antonio Candido em nossa “fundação”. Segundo Candido, “o nosso foi um século das luzes predominantemente beato, escolástico, inquisitorial” (*Id., ibid.*, p. 63).

A nossa “tentação identitária”, nessa lógica, deveria ser o oposto do que propugnava a escolástica e a inquisição, pois deveria se pautar no esclarecimento, no reconhecimento de nossa civilidade enquanto participante em pé de igualdade dos códigos políticos, sociais e literários constituídos pela metrópole. Como já vem sendo dito, é o local e o universal que devem localizar a nossa identidade nacional. O pensamento de Antonio Candido é caro ao do nosso historiador, na medida em que Sérgio Buarque de Holanda é aquele que reconhece a nossa “identidade Ibérica” e a participação dessa identidade em nossas ideias e em nossas formas de convívio:

no caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa á península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura: o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma (HOLANDA, 2010, p. 40).

Conforme Sérgio Buarque de Holanda, “uma tradição longa e viva” nos identifica com a Península Ibérica, especialmente com Portugal. Para ele, herdamos a “cultura da personalidade desse povo,

do mérito pessoal”, e sua “vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens”. Segundo o autor, “as ditaduras e o Santo Ofício parecem construir formas tão típicas do caráter deste povo como a inclinação à anarquia e à desordem” (HOLANDA, 2010, p. 39). Essas características justificam o nosso século das luzes ser predominante escolástico e inquisitorial, pois, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda (2010, p. 40), possuímos “uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa”. Todavia, segundo Dante Moreira Leite (1983, p. 323), realizar uma “descrição psicológica do brasileiro só poderia sustentar-se, coerentemente, se as características fossem consideradas como permanentes e válidas para todas as classes sociais”.

Essa questão novamente nos remete à reflexão, já utilizada anteriormente: “como é possível permanecer o mesmo através do tempo” (RICOUER, 2007, p. 94)? Sérgio Buarque de Holanda sustenta, nessa visão, uma ideologia do caráter nacional da literatura e do ser social brasileiro, uma vez que, segundo o mesmo, “a forma atual de nossa cultura possui uma alma comum a da Península Ibérica” (HOLANDA, 2010, p. 40). Conforme Dante Moreira Leite (1983, p. 324), “Sérgio Buarque de Holanda percebe as transformações na vida social, mas, apesar disso, continua preso à ideia de características nacionais, de um passado que determina o presente”. Nesse sentido, se há uma continuidade do trabalho de Antonio Candido em relação ao trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, o primeiro também não estaria preso à ideia de brasilidade na literatura, de um passado que determina o presente? Segundo o autor de *O albatroz e o chinês*,

a certa altura da vida, vai ficando possível dar balanço no passado sem cair em autocomplacência, porque o nosso testemunho se torna registro da experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se chama uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros, mas vão aos poucos ficando tão iguais que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais da sua época (CANDIDO, 2006, p. 125).

Retirado de um ensaio que o autor escreve sobre *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, esta citação testemunha a defesa candidiana sobre a unidade de pensamento político no país, numa memória coletiva de muitos que “vão ficando tão iguais, no cenário intelectual da geração de 30, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais de sua época” (*Id.*, *ibid.*, p. 125).

Não obstante o escrúpulo de “não cair em autocomplacência”, o seu balanço do passado não elimina a caça de organizações e sociabilidades intelectuais que dão forma ao seu sistema literário e, por consequência, social. Ecoa em seus ensaios uma voz universal que enuncia a hora de nosso esclareci-

mento, pois “certos momentos do passado podem servir de pretexto ou estímulo para refletir sobre o presente” (*Id., ibid.*, p. 99), de modo que os homens dos decênios de 30 e 40 “aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil, sobretudo em termos de passado e em função de três livros: *Casa Grande e Senzala*, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *Raízes do Brasil*”.

A liquidação das raízes e a relevância do escritor Machado de Assis

É em vista deste panorama que Antonio Candido vai definir a vocação histórica do Romantismo como posição do espírito e da sensibilidade. Para Candido, além de ser fator de diferenciação, o romantismo “é, ao mesmo tempo, prolongamento da atitude setecentista de promoção das luzes” (CANDIDO, 1981, p. 289). Sob essa perspectiva, é possível pensar no *télos* científico do trabalho analisado, sobretudo quando se tem em vista a fundação de uma identidade para a literatura brasileira. Nessa lógica, pode-se indagar em que medida esse ideal de liquidação de nossas raízes pode ser elucidativo da descrição sobre o estágio final da história literária nacional enquanto liquidação de nossas raízes ibéricas. Vale investigar as convergências e as diferenças entre ambos no que se refere à discussão da problemática da origem, levando em conta que uma abordagem se ocupa da história e a outra da literatura.

Consideramos que, do ponto de vista em que o conceito de história é tomado, no sentido cumulativo e finalista, temos o estágio final de nossa literatura exemplificado na figura de Machado de Assis, este que teria sido pressagiado “por Manuel Antônio de Almeida e se tornado entre nós o fenômeno de consciência literária, realizando a obra mais discretamente máscula da ficção romântica” (*Id., ibid.*, p. 220), uma vez que, em meio à ânsia topográfica dos românticos de apalpar todo o país, ele conseguiu dar ênfase “à densidade espiritual dos nossos valores locais”, em detrimento de sua rarefação na preocupação exclusiva com “o espaço geográfico e social” dos outros escritores. Por conseguinte, essa tese sustenta um Machado de Assis como símbolo constituinte de nossa “*Aufklärung*”, ou seja, de nosso *onto-télos*, dando forma por assim dizer, à “superposição progressiva de camadas, que iam consolidando o terreno para a sua sondagem profunda” (*Id., ibid.*, p. 114).

A proposta científica dessa abordagem não deixa de ser metafísica, cuja estrutura e unidade se justificam “na pesquisa dos valores espirituais, num plano universal, o conhecimento do homem e da sociedade locais” (*Id., ibid.*, p. 221). Esse princípio de continuidade é o motor de sua tese sobre o local e o universal, na medida em que a superação da fome de espaço geográfico e social pelo tratamento do “simplesmente humano, que os engloba e transcende”, corresponde ao ultimato de nosso amadurecimento. A proposta romântica de redescoberta do país se converte em condição de leitura do passado e com ela é produzido um conjunto de lembranças para a compreensão dos acontecimentos literários. O final justifica o processo formativo dessa literatura. É em função dele e da tese analisada

que o galho secundário se configura em primário e fornece as condições de possibilidade para a sua liquidação. Também nessa ótica, Machado de Assis representa a fonte constitutiva de inteligibilidade dos seus predecessores, pois, segundo Candido, “a sua linha evolutiva mostra o escritor altamente consciente, que compreendeu o que havia de certo, de definitivo, na orientação de Macedo para a descrição de costumes, no realismo sadio e colorido de Manuel Antônio, na vocação analítica de José de Alencar” (*Id., ibid.*, p. 117).

Machado representa a essência da síntese da literatura brasileira enquanto brasileira, por isso, em sua visão, “é o escritor mais brasileiro que jamais houve, e certamente o maior” (*Id., ibid.*, p. 118). Ao ser entendido como um catalisador das contribuições de seus antecessores, ele fixou e sublimou os achados modestos desses últimos, mostrando-se como se faz literatura universal pelo aprofundamento das sugestões locais. Desse modo, convertido em eixo constituinte da teleologia nacionalista e em síntese da dialética do local e universal pela proposta da *FLB*, ele “pressupõe a existência dos predecessores” (*Id., ibid.*, p. 117).

Machado de Assis é a apoteose do princípio evolutivo de nossa literatura. Nele, tanto está embutida a memória de nossa tradição letrada quanto uma memória a partir da qual é possível edificar uma gnosiologia de nossa história literária. Nesse sentido, defendemos que o procedimento constitutivo da escrita da historiografia literária candidiana não supõe uma genealogia no sentido nietzschiano, na medida em que, segundo Etori Finazzi Agrò (2001, p. 173), “ele recusa o papel tradicional de historiador, enquanto investigador da origem e defensor da continuidade entre passado e presente”.

Antonio Candido *versus* o combate de Nietzsche frente à disposição historicizante da temporalidade

A continuidade entre passado e presente de tal processo formativo implica no reconhecimento e na lembrança do passado como um lugar que deve ser venerado e preservado, uma vez que “não devemos deixá-lo cair no esquecimento”. Candido não discute o problema da origem, no entanto, ele parte do fim para nos fornecer as condições para uma hermenêutica do início. Na nossa hipótese, é esse excesso de memória da sobrevivência da utopia romântica de redescoberta do Brasil nos anos 20 e 30 do século XX que petrifica os cânones de nosso passado. Desse modo, a atitude crítica candidiana realiza justamente o contrário do que afirma Finazzi-Agrò. Sob essas condições, é preciso que recuperemos Nietzsche (CANDIDO, 2008, p. 87), a fim de entendermos a sua filosofia da memória.

Defendemos também que não há compatibilidade teórica e filosófica entre os escritos de Nietzsche e a *FLB*, sobretudo quando se põe em questão a problemática da memória. Nietzsche é um exímio combatente das convenções e normas sociais que condicionam a atividade reflexiva; “ele é notório por

castigar o rebanho e por celebrar a besta presa” (HATAB, 2010, p. 19); o seu ataque contra os preceitos e padrões morais ocidentais não defende valores e propostas de investigação e definição de uma identidade coletiva, sobretudo trabalhos cujos esquematismos estabelecem limites para a reflexão da arte, pois “genealogia é uma estratégia para crítica em face de convicções enraizadas e uma preparação para algo novo” (NIETZSCHE *apud* HATAB, 2010, p. 44).

Nietzsche questiona, nas segundas considerações intempestivas, o excesso de história, o qual mutila a vida do homem no mundo moderno. Ele condena todo o saber que não “potencializa e vivifica a sua atividade” (NIETZSCHE, 2003, p. 5). No seu conceito, o homem sente inveja do animal pelo fato de este conseguir viver anistoricamente, pois o “homem aprende logo cedo a faculdade de lembrar” (*Id., ibid.*, p. 8). O animal esquece e vive o presente sem o peso de ter que carregar o passado. O animal está sempre atento ao presente, preso às necessidades deste. Porém, Nietzsche não condena o saber sedimentado na memória. A memória possui um estoque de saber histórico a partir do qual é possível eliminar os inconvenientes da história monumental, aquela que toma os antigos heróis do passado como modelo para os indivíduos do presente, prejudicando a saúde, a vontade de potência e a renovação de um povo. Não obstante não trabalhar com a dialética, os seus escritos relativos aos inconvenientes e vantagens da história para a vida nos permite pensar em uma dialética do lembrar e do esquecer, na medida em que o filósofo defende a força plástica enquanto uma força que representa a coesão entre a cultura histórica e a a-histórica, a lembrança e o esquecimento, potencializando a nossa vontade de potência, de criação e de afirmação da vida. Tomando a memória na dialética entre o lembrar e o esquecer, ela vai ser sempre útil, já que também é preciso lembrar para esquecer a história antiquária, a qual torna substancial a ideia de conservação e veneração do passado.

A defesa do anistórico não significa a supressão do elemento histórico, mas significa a ênfase no presente, na ação com base nas necessidades suscitadas por este. Nietzsche reclama por uma força equilibrada dos processos da lembrança e do esquecimento, já que “o elemento histórico e o elemento não histórico são igualmente necessários à saúde de um indivíduo, de um povo, de uma civilização” (NIETZSCHE, 2003, p. 113). Essa força equilibrada é a que é denominada de força plástica, isto é, o poder criativo da memória implica no equilíbrio entre os processos de lembranças e esquecimentos, mais precisamente, quando é possível que “se saiba tão bem esquecer no tempo certo quanto lembrar no tempo certo; que se pressinta com um poderoso instinto quando é necessário sentir de modo histórico, quanto de modo a-histórico” (*Id., ibid.*, p. 11).

Em Nietzsche, a memória aparece como faculdade que deve estar a serviço da vida. Ele enfatiza a ação como pressuposta da faculdade do esquecimento: “a todo agir liga-se um esquecimento” (*Id., ibid.*, p. 9). Sendo assim, é a memória da cultura histórica que impede esse esquecimento, o qual nos conduz

à ação. Para o filósofo, “nossa cultura moderna não é nada viva, ela não é nenhuma cultura efetiva, mas apenas uma espécie de saber em torno da cultura” (*Id., ibid.*, p. 33). O autor visa à desconstrução do mito da teleologia científica, seu ataque também é contra a interiorização da cultura que compromete a experiência de um saber que pode ser dominado pela cultura efetiva, mais precisamente, aquela que consegue dominar o arsenal de cultura enciclopédica que se impõe de maneira superabundante.

A teologia científica é o substituto, na cultura moderna, da religião. O homem se deixou levar pela força do efeito que essa cultura histórica exerceu sobre a vida e a ação. O domínio da ciência sobre a vida caracteriza “a fraqueza da personalidade moderna”. É sob essas condições que ele questiona se “os homens ainda são homens — ou talvez somente máquinas de pensar, de escrever e falar” (*Id., ibid.*). Não há saída para o homem moderno a não ser quando a memória da cultura histórica seja condição para a formação do elemento novo, em detrimento de sua condição de dominador e condutor da corrente da vida humana:

A cultura histórica só é efetivamente algo salutar e frutífero para o futuro em consequência de uma nova e poderosa corrente de vida, do vir a ser de uma nova cultura, por exemplo; portanto, só se ela é dominada e conduzida por uma força mais elevada e não quando ela mesma domina e conduz (NIETZSCHE, 2003, p. 17).

Não podemos proclamar a vitória da ciência sobre a vida, esse é o postulado nietzschiano. Do ponto de vista da memória, esse seria o maior malefício causado pela promessa, isto é, promessa para um futuro que se encaixa racionalmente na história como processo, tal como preconiza Hegel naquilo que Nietzsche vai chamar de “disposição historicizante do tempo”. Nesse sentido, a memória para a vida deve funcionar com o auxílio da “força plástica”, a qual representa a equação equilibrada dos processos de lembrança e esquecimento e que propõe um combate rigoroso frente “à entrega total da personalidade ao processo do mundo” (NIETZSCHE, 2003, p. 76). A força plástica pode ser um fio condutor de um processo que reconhece a memória enquanto um fenômeno dispersivo, novo e diferencial. Ela é a saúde do homem moderno, a fonte pela qual a vontade de potência se realiza na personalidade enquanto individualidade histórica.

A força plástica, nessa lógica, pode ser pensada sob a ótica de um tempo vazio de acontecimentos, o que abre uma lacuna para a sua reflexão filosófica sobre a memória. Mais precisamente, Nietzsche não se indaga sob quais condições históricas e sociais é possível dar vida a essa força plástica da memória. Partindo dessas considerações, defendemos que Candido metamorfoseia esse conceito em nome de um pressuposto transcendental que transistoriciza a categoria da brasilidade para o entendimento de nossa literatura. Ele defende o processo do mundo, aquilo que Nietzsche vai criticar

como disposição historicizante do tempo; sua pena procura encontrar o sentido oculto da literatura que se revelará no futuro. De acordo com o escritor de *Genealogia da moral*, “estes homens históricos acreditam que o sentido da existência se iluminará no decorrer de um processo” (2003, p. 15). Não seria esta a procura de um “sentido histórico apropriado” para a “formação de uma continuidade literária” — “espécie de tocha carregada entre corredores”? Se Candido define o sentido histórico da literatura brasileira enquanto “galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das musas”, não seria este um postulado para um sentido histórico fundado na disposição historicizante do tempo?

O contentamento da árvore com as suas raízes, a felicidade de não se saber totalmente arbitrário e casual, mas de crescer a partir de um passado como a sua herança, o seu florescimento e fruto, sendo através daí desculpado, sim, mesmo justificado em sua existência — é isto que se designa agora propriamente como o sentido histórico apropriado (NIETZSCHE, 2003, p. 27).

“O contentamento das árvores com as suas raízes” não supõe uma investigação das origens, muito menos a busca pela “utilidade final” do “florescimento” dos seus galhos. Em *Genealogia da moral*, Nietzsche discute “o princípio mais importante para toda ciência histórica”, aquele cuja “gênese de uma coisa e a sua utilidade, a sua efetiva utilização e inserção em um sistema de finalidades, diferem Toto coelo [totalmente]” (*Id.*, 2009, p. 65).

Nietzsche é um pensador que enxerga lógica na dispersão, na não sequencialidade do “devir histórico”. Para o mesmo, “todo acontecimento do mundo orgânico é um subjugar e assenhorear-se, e todo subjugar e assenhorear-se é uma nova interpretação, um ajuste, no qual o sentido e a finalidade anteriores são necessariamente obscurecidos ou obliterados” (*Id.*, *ibid.*, p. 66). A razão histórica não se apresenta no estabelecimento de nexos causais entre fenômenos do “mundo orgânico”. Nesse sentido, “o contentamento das árvores com as suas raízes” significa que “a árvore sente as suas raízes mais do que vê-las” (*Id.*, 2003, p. 27). Diante disso, a procura por continuidades no âmago do princípio da “história como processo” somente se revela possível no esforço arbitrário de encontrar a “causa da gênese” ou a “utilidade final” dos “acontecimentos do mundo orgânico”. Assim sendo, se a busca da continuidade literária candidiana não implica no esforço de definição da “causa de sua gênese”, de sua origem, apenas o esforço de encontrar a sua finalidade final pode justificar “a linha evolutiva” de sua história literária? A ideia de origem não poderia sustentar a sua teoria da formação, uma vez que

a busca do princípio e a tentativa de instituir uma continuidade e uma comunidade a partir dele, se concretizam apenas numa disseminação memorial, num percurso caótico e emaranhado que se reflete e encontra a sua possível razão de ser apenas num discurso novo e outro, oblíquo em relação a qualquer lógica historicista, suspenso [...] entre a memória e o esquecimento (FINAZZI-AGRÒ, 2001, p. 180).

Desse modo, a escrita historiográfica da literatura brasileira de Antonio Candido não se caracteriza pelo esforço de mobilizar uma memória para a finalidade final do princípio formativo desta história por meio da força da “história enquanto processo”? Não seria esta uma ideologização da memória⁹ ou uma justificativa ideológica para a não preocupação com os estudos de “nossas raízes”, isto é, com a literatura portuguesa¹⁰? E sendo a literatura portuguesa excluída do projeto da formação, esta não representaria a segunda causa da fragilidade da identidade proclamada pelo autor em seu trabalho, na medida em que “a segunda causa de fragilidade é o confronto com outrem, percebido como uma ameaça” (RICOUER, 2007, p. 94)? De acordo com o filósofo Paul Ricoeur (2007, p. 94) “é um fato que o outro, por ser outro, passa a ser percebido como um perigo para a identidade própria, tanto a do nós como a do eu”. Nesse sentido, a análise e conseqüente inclusão da literatura portuguesa no projeto de *FLB* comprometeriam a unidade de sentido da brasilidade poética do caráter nacional dos “nossos” escritores literários.

O anacronismo da brasilidade candidiana

Por outro lado, seguindo a ideia da força plástica, notamos que Candido a utiliza para constatar a plasticidade dos poetas árcades, os quais teriam sido capazes de mimetizar a ordem da natureza rústica brasileira. A suprema força do presente candidiano não o leva a questionar as condições históricas e sociais sob as quais escreveram esses poetas.

A imaginação do crítico não se aparta dos valores transcendentais. Ao longo do seu trabalho, é possível notar tentativas de substancialização de uma narrativa dos estilos e dos valores de letrados coloniais que figuram uma consciência original. Estes, segundo Antonio Candido, ultrapassam o meramente contingente das convenções arcádicas, pois como pode ser percebido:

⁹ RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Trad. de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 455. Segundo ele, “a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração da narrativa oferece. As estratégias do esquecimento enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração”.

¹⁰ BAPTISTA, Abel de Barros. “O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido”. In: _____. *O livro agreste*. Campinas: Editora Unicamp, 2005. p. 41–80. Esse crítico trata da exclusão da literatura portuguesa do livro *Formação da literatura brasileira* de Antonio Candido.

nos poemas de Cláudio há vultosa proporção de montes e vales, mostrando que a imaginação não se apartava da terra natal e, nele, a emoção poética possuía raízes autênticas, ao contrário do que dizem frequentemente os críticos, inclinados a considerá-lo mero artífice (CANDIDO, 2006, p. 85).

A convenção árcade foi “abrasileirada”. O Brasil está para além do “mero artífice”. As nossas raízes autênticas são os fundamentos dessa escritura poética. Os elementos exteriores à estrutura do texto ditam os mesmos, de modo que “a convenção árcade vai corresponder a algo mais fundo que a escolha de uma norma literária” (*Id., ibid.*, p. 87). Existe uma realidade maior, irredutível a esse mero artífice, a qual expressa o drama do artista brasileiro, uma vez que os pastores de Cláudio exprimem “a ambivalência de colonial Bairrista, crescido entre os duros penhascos de Minas, e de intelectual formado na disciplina mental metropolitana” (*Id., ibid.*, p. 87). Nessa lógica, essas duas realidades representam a dialética que informa a condição de existência dessa literatura, sobretudo para formar a realidade maior, a qual transcende esse relativo dilaceramento interior de Cláudio: a síntese da teleologia nacionalista que compreende a história de nossa literatura. Desse modo, a dialética do universal e local que constitui a tese do livro *FLB* é subsumida sob a égide da categoria da brasilidade, as quais formam, para Candido, a síntese final da literatura brasileira enquanto brasileira nos trabalhos de Cláudio Manuel da Costa e Machado de Assis.

Nessa ordem de ideias, é justificável, em tal proposta historiográfica, a procura de passagens temporais que são suscetíveis de serem integradas num encadeamento sequencial, pois “vale procurar vestígios da passagem do humanismo para o individualismo, da natureza naturada que supera a natureza naturante, preparando a sua interiorização sentimental pelo romantismo” (CANDIDO, 1981, p. 198). Assim, “Cláudio Manoel da Costa também simboliza a ponte entre a herança cultista e os desígnios neoclássicos” (*Id., ibid.*, p. 83). O processo formativo da literatura implica, desse modo, na transmissão recorrente de heranças e de memórias preenchidas com o estoque de saberes que garantem a continuidade da tradição.

A conjugação homogeneizante dos valores sociais circulados nas obras compõe “um vasto sistema de influências recíprocas” e dão forma a uma tradição. Interessa a Candido esses processos de interdependência os quais ocorrem na literatura entre escritor, a obra e o público. Para ele, esses processos tornam viável essa “projeção do nosso desejo de descobrir continuidades e atribuir significados à maneira de quem vaticina a posteriori” (*Id., ibid.*, p. 184). Para a defesa desta, Candido vai operar com pares binários, os quais não se excluem: rústico e civilizado, local e universal, romântico e clássico, norma e espírito. Tanto pode ser observado dessa forma que Gonçalves Dias, escritor na fase romântica, é tratado nos mesmos princípios definidores do árcade Cláudio, já que, no seu entendimento, ele foi

“a continuação da posição arcádica de integrar as manifestações da nossa inteligência e sensibilidade na tradição ocidental” (*Id., ibid.*, p. 78).

Portanto, temos um sistema de premonições no qual os escritores vão se sucedendo e prenunciando outros e constituindo uma forma orgânica para a literatura brasileira em seu processo de maturação. Sendo assim, considerar a brasilidade como uma categoria que determina o sentimento local de Cláudio e dos seus demais contemporâneos caracteriza anacronismo de análise; localizar em Machado o sentido cumulativo e finalista de uma autonomia estética pode comprometer “o entendimento do contraditório nos períodos e nos autores, como o próprio nervo da vida” (*Id., ibid.*, p. 31). Da mesma forma que constituir um *télos* nacionalista científico em sua obra pode dissimular o seu caráter de contingência e as condições de possibilidade de inscrição de “suas ideias e imagens que exprimem a sua visão e formam o esqueleto de seu conhecimento objetivamente estabelecido” (*Id., ibid.*, p. 39).

No final desta jornada, temos “a liquidação de nossas raízes”. Entendendo dessa forma, “a formação é a impossibilidade da origem”. Entendemos que esta força plástica dos poetas de Minas, defendida por Candido pela capacidade destes escritores de “abrasileirar a convenção arcádica”, se apresenta destituída, em *FLB*, do equilíbrio entre os processos de lembranças e esquecimento defendidos pelo filósofo Nietzsche. Essa força plástica atribuída aos retratados por Candido é antiquária e entende como digno de louvor e veneração “uma estética do lugar comum da rusticidade” (*Id., ibid.*, p. 225).

Voltando para a teoria da formação, Barros Baptista considera que “a unidade do galho, produto da formação, é ao mesmo tempo memória e exclusão da árvore de onde proveio” (BAPTISTA, 2005, p. 67). Segundo ele, “Candido elabora a teoria brasileira bem sucedida desse não-esquecimento, ou esquecimento sem esquecimento, ou ainda esquecimento com memória do esquecido” (*Id., ibid.*). O crítico se refere à exclusão da literatura portuguesa do projeto modernista e, conseqüentemente, da teoria da formação. Nesse sentido, o processo da formação tende a suprimir o elemento português em função de uma nova identidade. Em relação às formas culturais e artísticas do ocidente para a afirmação de nossa individualidade no âmago das letras, esse “esquecimento sem esquecimento” é fundamento da força plástica candidiana.

Portanto, a manipulação da memória caracteriza o cerne dessa teoria da literatura brasileira, sua formulação justapõe rusticidade e brasilidade, universalidade e particularidade, galho primário e secundário, retórica e subjetividade, formação e teleologia.

A sua política de memória subtende um princípio moral de reconhecimento que reclama por lembranças conjuntas, por valores que sejam capazes de nos formar literariamente, pois, como dito acima, se não a amarmos e lermos [a literatura], ninguém as tomará do esquecimento. Todavia, não executaremos essa tarefa solitariamente. A sua história tem sentido, pois existe um caminho a ser

traçado e este já foi realizado pelo autor. Para tanto, temos como guia *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, “a obra singular”, “o cânone”. Além disso, nessa lógica, também já é possível conhecer o lugar onde iremos chegar: Machado de Assis, a síntese final das tendências nacionalistas e universalistas, o mais brasileiro de todos. E o século XX? Como definir a literatura brasileira neste período? O que vem depois de Machado ou o sintetiza? Na esteira do pensamento literário de meados do século XX, em um ensaio intitulado *A nova narrativa*, o crítico enuncia Guimarães Rosa como o nosso maior escritor e ainda escreve:

O mundo rústico do sertão ainda existe no Brasil, e ignorá-lo é um artifício. Por isso ele se impõe à consciência do artista, como à do político e do revolucionário. Rosa aceitou o desafio e fez dele matéria, não de regionalismo, mas de ficção pluridimensional, acima de seu ponto de partida contingente... Com todos esses recursos na mão, talvez tenha sido o primeiro que fez a síntese final das obsessões constitutivas de nossa ficção, até ali dissociadas; a sede do particular como justificativa e como identificação; o desejo do geral como aspiração ao mundo dos valores inteligíveis à comunidade dos homens (2006, p. 251).

Referências bibliográficas

- BAPTISTA, Abel de Barros. “O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido”. In: _____. *O livro agreste*. Campinas: Editora Unicamp, 2005. p. 41—80.
- CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite*. 5ª ed. revis. pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- _____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Itatiaia, 1981.
- _____. *Teresina etc.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.
- _____. “Os ultramarinos”. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- FINAZZI-AGRÒ, Ettore. “Em formação. A literatura brasileira e a ‘configuração da origem’”. In: ANTELO, Raul (org.). *Antonio Candido y los estudios latino americanos*. Universidade de Pittsburgh, 2001. (Série Críticas).
- HANSEN, João Adolfo. “Agudezas seiscentistas”. *Floema*, especial, ano II, nº 2 A. p. 85–109 out 2006.
- HATAB, Lawrence. *A genealogia da moral de Nietzsche: uma introdução*. Trad. de Nancy Juozapavicius. São Paulo, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MOREIRA, Dante. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4ª ed. Definitiva/com introdução de Alfredo Bosi. São Paulo: Pioneira, 1983.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para vida*. Trad. de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

RICOUER, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Trad. de Alain François *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Tempo e narrativa*. Trad. de Claudia Berliner; revisão da trad. por Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Recebido em 20 de setembro de 2011

Aprovado em 13 de outubro de 2011

